

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

28.5.2021



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

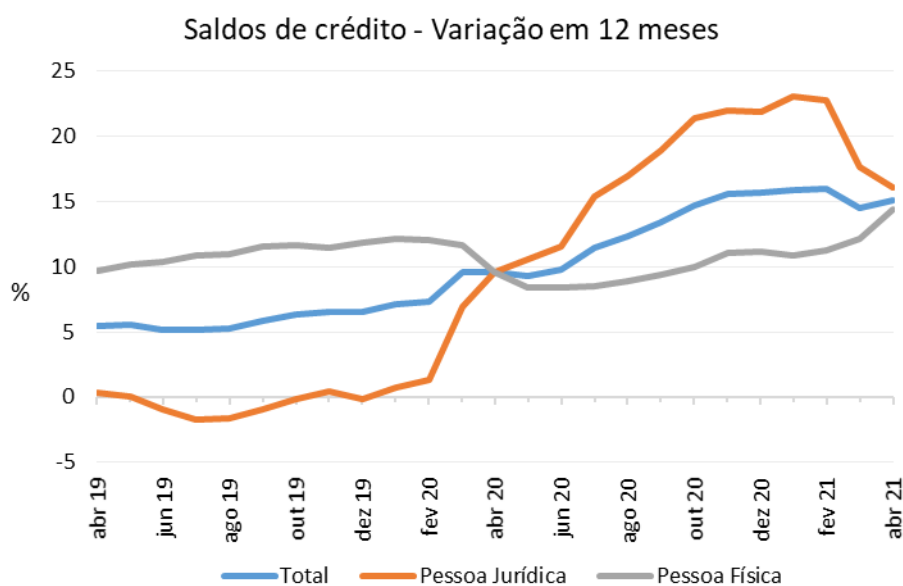
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em abril, o crédito ampliado ao setor não financeiro situou-se em R\$12,3 trilhões (160,0% do PIB), redução de 1,5% no mês, refletindo as quedas de 4,6% nos empréstimos da dívida externa (impulsionada pela apreciação cambial de 5,16% no mês) e de 2,9% nos títulos públicos. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 14,5%, resultado da elevação da carteira de empréstimos do SFN e de títulos públicos.

O crédito ampliado a empresas somou R\$4,3 trilhões (56,2% do PIB), com redução de 1,1% no mês, refletindo principalmente o efeito da apreciação cambial na dívida externa (-4,5% no mês). Em 12 meses, houve crescimento de 7,7%, refletindo principalmente o aumento de 16,3% na carteira de empréstimos do SFN no período.

O crédito ampliado às famílias totalizou R\$2,5 trilhões (33,1% do PIB), com crescimento de 1,0% no mês e de 13,8% em doze meses, em função do desempenho dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O saldo das operações de crédito do SFN totalizou R\$4,1 trilhões em abril, expansão de 0,5% no mês, com estabilidade na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$1,8 trilhão) e expansão de 1,0% na de pessoas físicas (R\$2,3 trilhões). Em doze meses, o crescimento da carteira total acelerou de 14,5%, em março, para 15,1%, em abril. A carteira de pessoas físicas manteve aceleração, passando de 12,2% para 14,3%, enquanto a de pessoa jurídica permaneceu em trajetória de

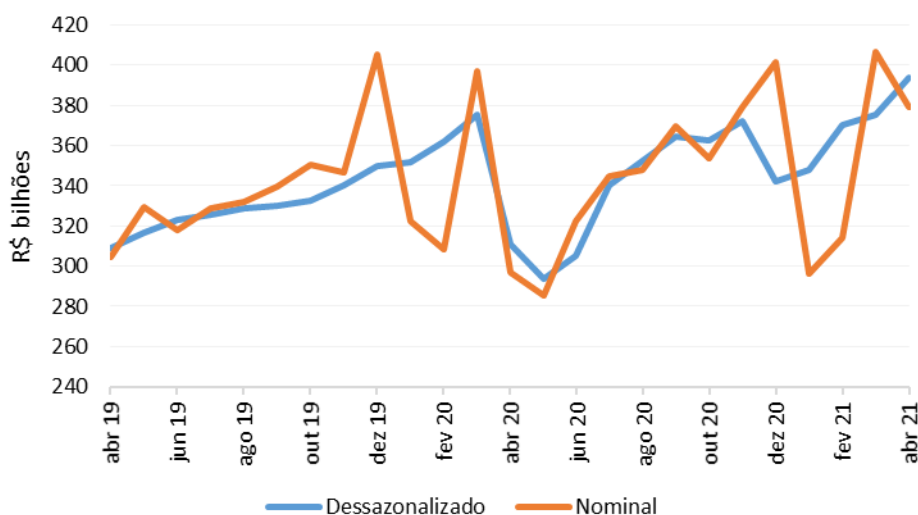
desaceleração, de 17,6% para 16,1%.

O crédito livre para pessoas jurídicas totalizou R\$1,1 trilhão, crescendo 0,3% no mês e 13,4% em doze meses. As modalidades de maior destaque foram adiantamentos sobre contratos de câmbio e antecipação de faturas de cartão. O crédito livre a pessoas físicas totalizou R\$1,3 trilhão (0,9% no mês e 14,7% em doze meses), com as maiores variações nas modalidades de crédito consignado, tanto para setor público quanto para aposentados e pensionistas.

No crédito direcionado, a carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$679 bilhões. A redução de 0,6% no mês é resultado de quedas nas carteiras de financiamento a investimentos com recursos do BNDES e outras operações com recursos direcionados. Em 12 meses, a carteira cresceu 20,9%, influenciada pelo aumento

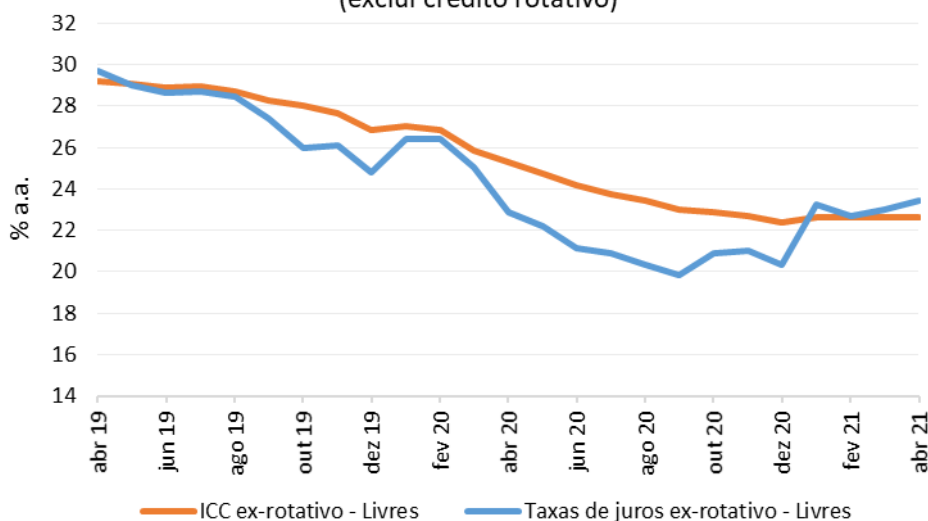
de outras operações com recursos direcionados que englobam os programas emergenciais de crédito em 2020. O saldo com pessoas físicas situou-se em R\$1,0 trilhão e cresceu 1,0% no mês e 13,9% em 12 meses, sendo influenciado principalmente pelas carteiras de financiamento imobiliário e de crédito rural.

Concessões de crédito



As concessões totais de crédito somaram R\$378,9 bilhões em abril. Na série com ajuste sazonal, houve aumento de 4,8% no mês, fruto de variações de -0,3% em pessoas jurídicas e de 10,2% em pessoas físicas. Em 2021, comparado ao mesmo período de 2020, as concessões dessazonalizadas cresceram 6,2%, compostas por contração de 1,2% em pessoas jurídicas e expansão de 13,9% em pessoas físicas.

ICC e taxas de juros do crédito livre (exclui crédito rotativo)



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 17,2% a.a., após aumento de 0,1 p.p. no mês e declínio de 2,5 p.p. na comparação interanual. No crédito livre não rotativo, o ICC permaneceu estável no mês, 22,6% a.a., e continuou em trajetória de redução na comparação interanual (-2,7 p.p.). O *spread* geral do ICC situou-se em 12,2 p.p., representando aumento de 0,1 p.p. e redução de 1,9 p.p.

nas mesmas bases de comparação.

A taxa média de juros das operações contratadas em abril alcançou 20,3% a.a., com aumento de 0,3 p.p. no mês e redução de 1,2 p.p. em doze meses. O *spread* geral das taxas das concessões situou-se em 15,0 p.p., com declínios de 0,1 p.p. e 2,2 p.p., nos mesmos períodos.

No crédito livre, a taxa média de juros das concessões atingiu 29,0% a.a., elevando-se em 0,5 p.p. no mês e reduzindo-se em 2,3 p.p. na comparação interanual. No crédito às empresas, a taxa de juros atingiu

14,7% a.a., com elevação de 0,8 p.p. no mês e redução de 1,0 p.p. em 12 meses. No crédito livre às famílias, os juros atingiram 41,0% a.a., com variação de 0,1 p.p. em abril. Na comparação interanual, a taxa do crédito livre às famílias apresenta redução de 3,7 p.p.

A inadimplência situou-se em 2,2%, variação de 0,1 p.p., oriunda do segmento de pessoas jurídicas. Nas operações com recursos livres, a inadimplência permaneceu estável em 2,9%, enquanto nas com recursos direcionados, situou-se em 1,2%, com variação de 0,1 p.p., distribuída igualmente nos segmentos de empresas e de famílias.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$420,1 bilhões em abril, aumento de 3,6% no mês e de 24,8% em doze meses. No mês, o papel-moeda emitido retraiu 0,9% e as reservas bancárias elevaram 28,3%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, atuaram de forma contracionista as operações do Tesouro Nacional (R\$5,4 bilhões), as com derivativos (R\$30,4 bilhões), as da Linha Temporária Especial de Liquidez (R\$6,7 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$0,9 bilhão, com destaque para recolhimentos de recursos de depósitos a prazo, R\$0,6 bilhão, e de recursos de depósitos de poupança, R\$1,1 bilhão). Foram expansionistas as operações com Títulos Público Federais, R\$51,2 bilhões (resgates líquidos de R\$161,4 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$110,2 bilhões no mercado secundário), e as do setor externo, R\$9,4 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) somaram R\$579,9 bilhões no mês, aumento de 0,6%, resultado do crescimento de 1,1% dos depósitos à vista, enquanto o papel-moeda permaneceu estável. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 0,4% no mês.

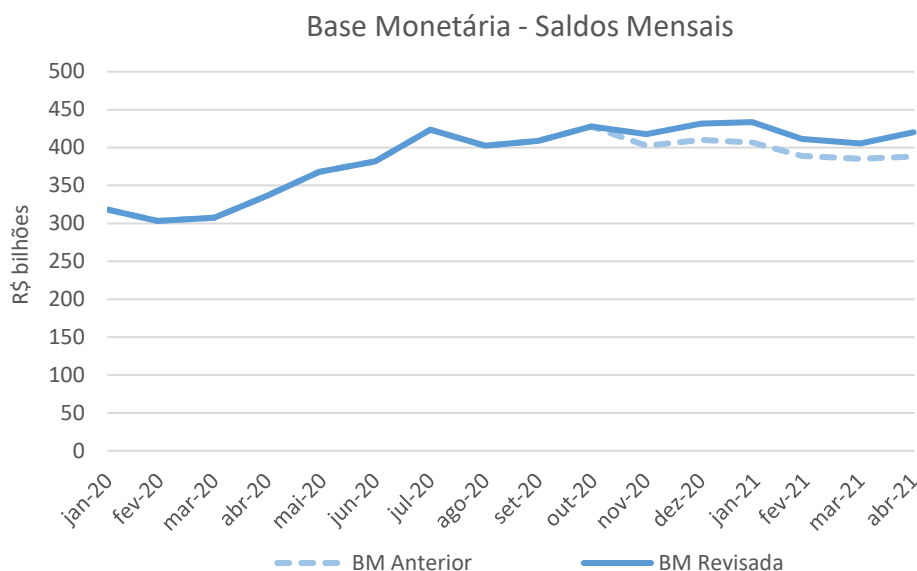
O M2 não registrou variação expressiva no mês, avançando 0,1% e totalizando R\$3,9 trilhões. A queda de 0,2% no saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras, que somou R\$2,3 trilhões, foi contrabalançada pelo crescimento no saldo do M1 (0,6%) e no saldo dos depósitos de poupança (0,6%), R\$1,0 trilhão. O M3 avançou 0,8% no mês, totalizando R\$8,1 trilhões. O saldo das quotas de fundos do mercado monetário registrou aumento de 1,6%, totalizando R\$4,0 trilhões. O M4 registrou variação de 0,4% no mês, totalizando R\$8,7 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 16,0%.

4. Concessões ajustadas sazonalmente

Período	Concessões dessazonalizadas						Variação %		
	Livre			Direcionado			Total		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
No mês	-5,5	9,3	3,6	-24,3	10,3	4,9	-0,3	10,2	4,8
No trimestre	14,1	2,0	7,0	-4,2	17,0	7,1	10,9	4,3	7,3

5. Revisões nas estatísticas monetárias

5.1. Base monetária



Os saldos da base monetária foram revisados desde novembro de 2020 para incorporar os montantes mantidos no Banco Central pelas instituições financeiras para movimentações no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI). Esses valores, embora contabilizados em plano de contas próprio, são economicamente similares aos saldos da conta de reservas bancárias. Essa atualização segue os padrões

estatísticos internacionais definidos no Manual e Guia de Compilação de Estatísticas Monetárias e Financeiras (MSFM 2016) do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelo conceito do MSFM 2016, a base monetária é definida como a moeda em circulação mais os depósitos das instituições depositárias no Banco Central.

Consequentemente, os fatores condicionantes da base monetária também foram revisados para adequar as variações da série revisada da base monetária e registrar os impactos financeiros nas contas de reserva das instituições financeiras.

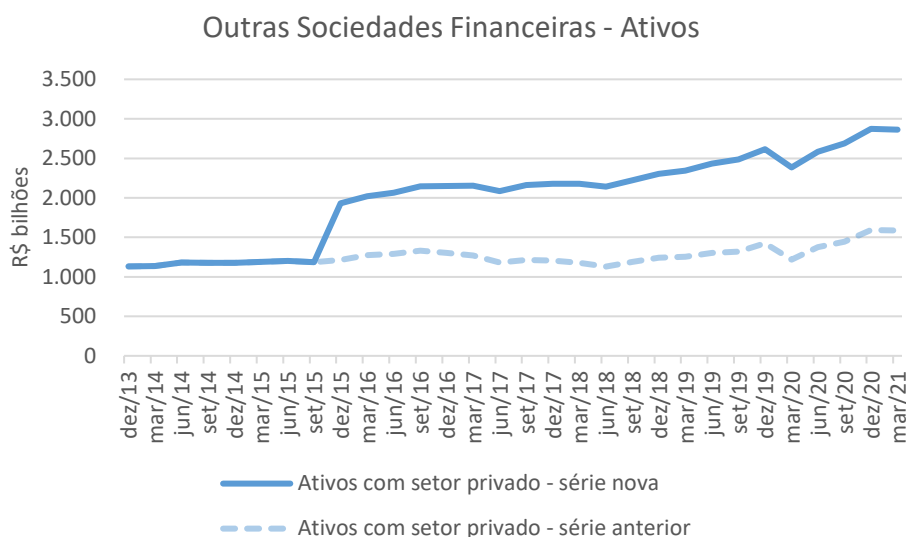
Como efeito da revisão, a base monetária, em março de 2021, passou de R\$385,2 bilhões para R\$405,6 bilhões, acréscimo de 5,3%. De novembro de 2020 a março de 2021, o saldo revisado da base monetária apresentou aumento médio de 5,3% em relação à série anterior.

5.2. Contas analíticas de Outras Sociedades Financeiras (OSF)

As contas analíticas das OSF tiveram sua cobertura significativamente ampliada, incorporando os saldos referentes a empresas seguradoras e resseguradoras e entidades de capitalização e de previdência aberta. Como efeito da revisão, o total de ativos das OSF em março de 2021 passou de R\$1.587 bilhões para R\$2.864 bilhões, acréscimo de 80%.

Esta revisão segue os padrões internacionais do MSFM 2016 e as recomendações para as estatísticas monetárias e financeiras requeridas com a adesão do Brasil, em novembro de 2019, ao SDDS Plus (*Special Data Dissemination Standard Plus*), o padrão mais avançado de disseminação de estatísticas do FMI. O acesso a dados desagregados das entidades do mercado de seguros e previdência privada que não se

encontram sob a supervisão do Banco Central, de forma tempestiva, com garantia de cobertura, integridade e qualidade, possibilitou a sua incorporação às estatísticas de OSF.



As séries foram revisadas a partir de dezembro de 2015 e, devido à periodicidade e à disponibilidade dos novos dados, tiveram sua frequência alterada para trimestral, o que está de acordo com o padrão estatístico internacional. As séries anteriores, com periodicidade mensal e cobertura limitada, foram descontinuadas, mas permanecem disponíveis para consulta. Novas séries

foram criadas para refletir a nova cobertura das OSF. Assim, há a seguinte correspondência entre os dois conjuntos de séries:

Código SGS Anterior	Código SGS Novo
20290	28925
20291	28926
20292	28931
20293	28929
20294	28930
20295	28933
20296	28934
20297	28935
20298	28938
20299	28941
20300	28939
20301	28942
20302	28943
20303	28944
20315	28924
20316	28928
20317	28932
20505	28923
20506	28936